



**Caderno Administrativo**  
**Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

**DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3610/2022

Data da disponibilização: Quinta-feira, 01 de Dezembro de 2022.

<p>Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Ministro Conselheiro Lelio Bentes Corrêa Presidente</p> <p>Ministro Conselheiro Aloysio Silva Corrêa da Veiga Vice-Presidente</p> <p>Ministra Conselheira Dora Maria da Costa Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho</p>	<p>Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70070943</p> <p>Telefone(s) : (61) 3043-3710 (61) 3043-3658</p>
--	--

**Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões**

**Acórdão**

**Acórdão**

**Processo Nº CSJT-PCA-0003451-37.2022.5.90.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Cons. Luiz Antonio Moreira Vidigal
Requerente	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA
Advogada	Dra. Cynthia da Rosa Melim(OAB: 13056/SC)
Requerido(a)	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
Interessado(a)	SINTRAJUSC-SIND DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIARIO FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
Advogado	Dr. Pedro Maurício Pita da Silva Machado(OAB: 24372-A/RS)

**Intimado(s)/Citado(s):**

- ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA
- SINTRAJUSC-SIND DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIARIO FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

**A C Ó R D ã O**

**(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**CSLMV/ccsg/**

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/2022 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO. RESOLUÇÃO CNJ Nº 184/2013. RESOLUÇÃO CSJT Nº 296/2021. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO.**

**AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO. RECURSO ADMINISTRATIVO PREJUDICADO.** O art. 96, I, 'a' da Constituição da República Federativa do Brasil confere ampla autonomia administrativa aos Tribunais Regionais do Trabalho, preceituando que lhes compete dispor privativamente sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos. Nesse diapasão, e especificamente no que diz respeito às unidades judiciárias, o art. 28 da Lei 10.770/2003 preceitua com clareza solar que os Tribunais Regionais do Trabalho têm autonomia para transferir as sedes das respectivas Varas do Trabalho. Além disso, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho tem jurisprudência pacífica no sentido de que a Resolução CNJ nº 184/2013 e a Resolução CSJT nº 296/2021 não têm o condão de restringir o autogoverno dos Tribunais Regionais do Trabalho no que diz respeito à possibilidade de transferência das sedes de suas unidades judiciárias de um município para outro. Procedimento de Controle Administrativo julgado improcedente, ficando prejudicado o exame do Recurso Administrativo.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Procedimento de Controle Administrativo nº **TST-CSJT-PCA-3451-37.2022.5.90.0000**, em que é Requerente **ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA** e Interessado **SINTRAJUSC-SIND DOS TRABALHADORES NO PODER JUDICIARIO FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA** e é Requerido **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**.

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo, com pedido de liminar, interposto pela Seccional de Santa Catarina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC) em face da Resolução Administrativa TRT nº 12/2022, no bojo da qual o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-12) determinara a transferência da sede da 3ª Vara do Trabalho de Criciúma para o Município de Itapema/SC, com fulcro no art. 28

da Lei 10.770/2003 (fls. 02/14).

No dia 20/07/2022, Sua Excelência o Ministro Presidente prolatou decisão monocrática deferindo o pedido liminar sem prejuízo de posterior reanálise do pedido pelo relator, após a regular distribuição do feito (fls. 66/67).

No dia 03/08/2022, os autos foram a mim distribuídos (fl. 85).

No dia 04/08/2022, a OAB/SC requereu a manutenção da liminar, ao passo que o TRT-12 postulou a reconsideração do *decisum* (fls. 86/88 e 92/104).

Nesse cenário, em 09/08/2022, examinando a petição apresentada pelo Tribunal Requerido, revi a decisão anteriormente prolatada nestes autos para indeferir o pedido liminar - por não vislumbrar os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* - e, consequentemente, reputar prejudicado o requerimento formulado pela entidade requerente (fls. 210/218).

Todavia, inconformada com a referida decisão monocrática, a OAB/SC apresentou Recurso Administrativo no dia 15/08/2022 (fls. 226/237).

No dia 25/08/2022, admiti o ingresso do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal do Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC) no feito na qualidade de interessado, nos termos do art. 9º, III, da Lei 9.784/99 (fl. 279).

Na 06ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, realizada no dia 26/08/2022, o Plenário do Conselho decidiu, por unanimidade, não referendar o despacho proferido por Sua Excelência o Ministro Presidente Emmanoel Pereira, ratificando o indeferimento do pedido liminar, nos termos da decisão por mim prolatada em 09/08/2022 (fl. 281).

Todavia, irresignados com a supramencionada deliberação plenária, a OAB/SC e o SINTRAJUSC interpuseram Pedidos de Esclarecimentos com renovação do pedido liminar nos dias 02/09/2022 e 05/09/2022 (fls. 293/302 e 307/311).

Nesse diapasão, no dia 08/09/2022, prolatei decisão monocrática *ad referendum* do Plenário deste Conselho, conhecendo de ambas as insurgências para, no mérito, negar-lhes provimento, indeferindo, assim, a reiteração do pedido de liminar de suspensão da transferência da 3ª Vara do Trabalho de Criciúma/SC (fls. 315/320).

Na 7ª Sessão Ordinária do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, realizada no dia 30/09/2022, o Plenário do Conselho decidiu, por unanimidade, referendar a decisão por mim prolatada em 08/09/2022 (fl. 354).

Éo relatório.

V O T O

## 1) CONHECIMENTO

O art. 6º, IV, do Regimento Interno deste Conselho Superior dispõe que compete ao Plenário *"... exercer, de ofício ou a requerimento de qualquer interessado, o controle de legalidade de ato administrativo praticado por Tribunal Regional do Trabalho, cujos efeitos extrapolem interesses meramente individuais, quando contrariadas normas legais ou constitucionais, ou decisões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça..."*.

No mesmo sentido, o art. 68 do Regimento Interno deste Conselho Superior preceitua que *"... o controle dos atos administrativos praticados por órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, cujos efeitos extrapolem interesses meramente individuais, será exercido, de ofício ou mediante provocação, quando contrariadas normas legais ou constitucionais, ou decisões de caráter normativo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho..."*

Ante o quanto mencionado no relatório deste voto, o Procedimento de Controle Administrativo em apreço visa ao controle da legalidade da Resolução Administrativa TRT nº 12/2022, no bojo da qual o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região determinara a transferência da sede da 3ª Vara do Trabalho de Criciúma para o Município de Itapema/SC, com fulcro no art. 28 da Lei 10.770/2003.

Como bem se vê, a matéria subjacente a este procedimento administrativo nitidamente extrapola interesses meramente individuais, na medida em que diz respeito a todos jurisdicionados dos Municípios de Criciúma/SC e Itapema/SC.

Destarte, conheço do Procedimento de Controle Administrativo, com fulcro nos artigos 6º, IV, e 68 do Regimento Interno deste Conselho (RI/CSJT).

## 2) MÉRITO

O art. 96, I, 'a' da Constituição da República Federativa do Brasil confere ampla autonomia aos Tribunais Regionais do Trabalho, preceituando que lhes compete dispor privativamente sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

Nesse diapasão, e, especificamente no que diz respeito aos órgãos jurisdicionais, o art. 28 da Lei 10.770/2003 cuidou de densificar a supramencionada autonomia administrativa, ao dispor expressamente que:

*Art. 28. Cabe a cada Tribunal Regional do Trabalho, no âmbito de sua Região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho, bem como transferir-lhes a sede de um Município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista.*

A requerente sustenta, em síntese, que a Resolução Administrativa TRT nº 12/2022 ofende a Resolução CNJ nº 184/2013 e a Resolução CSJT nº 296/2021, visto que: a) a 3ª Vara do Trabalho de Criciúma não apresentou, no último triênio, distribuição processual inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos novos por magistrado no Tribunal Requerido; b) a medida em apreço implicará prejuízos aos jurisdicionados do Município de Criciúma; c) o ato impugnado não levou em consideração critérios sociais, políticos e econômico.

O art. 9º da Resolução CNJ nº 184/2013 e os artigos 26 e 27 da Resolução CSJT nº 296/2021 assim regulamentam a matéria sob análise:

Art. 9º Os tribunais devem adotar providências necessárias para extinção, transformação ou transferência de unidades judiciárias e/ou comarcas com distribuição processual inferior a 50% da média de casos novos por magistrado do respectivo tribunal, no último triênio.

§1º Para os fins do caput, o tribunal pode transferir a jurisdição da unidade judiciária ou Comarca para outra, ou convertê-la em Núcleo de Justiça 4.0, de modo a propiciar aumento da movimentação processual para patamar superior.

§2º Na hipótese do parágrafo anterior, o tribunal pode instalar postos avançados de atendimento, cabendo definir a estrutura de funcionamento do aludido órgão, de acordo com seu volume processual, observando-se, preferentemente, a recomendação CNJ nº 28, de 16 de dezembro de 2009.

§3º O tribunal pode instituir calendário periódico de atendimento dos jurisdicionados e realização de audiências nos postos avançados, em caráter itinerante.

§4º Os postos avançados equivalem, para os fins legais, a sedes de unidades judiciárias.

§5º O tribunal pode, ainda, instituir atendimento itinerante para prestar jurisdição em localidades que não comportem a criação de postos avançados, utilizando-se de unidades móveis e/ou, mediante parceria, de estruturas de outros órgãos do Poder Judiciário e/ou instituições públicas.

Art. 26. Cabe a cada Tribunal Regional do Trabalho, no âmbito de sua região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho, bem como transferir-lhes a sede de um município para outro, de acordo com a necessidade de agilizar a prestação jurisdicional trabalhista.

Art. 27. Os Tribunais devem adotar providências necessárias para adequação da jurisdição ou transferência de unidades judiciárias de primeiro grau, considerando critérios de movimentação processual, sociais, políticos, econômicos e orçamentários.

§1º O Conselho Superior da Justiça do Trabalho publicará, até 31 de janeiro de cada ano, a relação, por Tribunal, das Varas com distribuição

processual inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos novos por Vara do Trabalho do respectivo Tribunal, no último triênio.

§2º Os Tribunais Regionais do Trabalho, a contar da publicação a que se refere o parágrafo anterior, terão 60 (sessenta) dias para apresentar ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho as providências previstas no caput por meio de plano de tratamento voltado às referidas unidades, ou fundamentos que justifiquem a desnecessidade do plano..

No que diz respeito ao primeiro argumento deduzido pela entidade requerente, salienta-se que o fato de a 3ª Vara do Trabalho de Criciúma não ter apresentado, no último triênio, distribuição processual inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos novos por magistrado no âmbito do Tribunal Requerido não obsta, por si só, a transferência de sua sede para o Município de Itapema.

Análise de ambos os atos normativos faz ver que: a) em se tratando de Varas do Trabalho com distribuição inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos novos por magistrado no último triênio, os Tribunais Regionais do Trabalho devem adotar as providências necessárias à extinção, transformação ou transferência da unidade, tratando-se de ato administrativo vinculado; b) no entanto, em se tratando de Varas do Trabalho com distribuição superior, incumbe ao Tribunal Regional do Trabalho avaliar, em juízo de conveniência e oportunidade, a necessidade de extinção, transformação ou transferência da unidade, tendo em vista critérios sociais, políticos e econômicos, sob o prisma do interesse público, tratando-se, portanto, de ato administrativo discricionário.

Nesse sentido, a recente jurisprudência deste Conselho Superior:

"PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONTROLE DE LEGALIDADE. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 48/2021 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO. TRANSFORMAÇÃO DO POSTO AVANÇADO DE CAMPO LARGO EM VARA DO TRABALHO, MEDIANTE O REMANEJAMENTO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE ARAUCÁRIA. SUPOSTA VIOLAÇÃO DO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO CSJT Nº 63/2010 E RESOLUÇÃO CNJ Nº 184/2013. AUTONOMIA ADMINISTRATIVA DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO. 1. Na hipótese dos autos, o TRT da 9ª Região editou a Resolução Administrativa nº 48/2021, aprovando a proposta de transformação do Posto Avançado de Campo Largo em Vara do Trabalho, mediante o remanejamento da 2ª Vara do Trabalho de Araucária. 2 Matéria circunsrita à autonomia administrativa dos tribunais, conforme a atual jurisprudência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que, calçado nos artigos 96 da Constituição da República e 28 da Lei nº 10.770/2003, firmou entendimento no sentido de que as Resoluções CNJ nº 184/2013 e CSJT nº 63/2010 não têm o condão de restringir o autogoverno dos TRTs no tocante à definição da jurisdição das Varas do Trabalho e à possibilidade de transferência da sede da unidade judiciária de um município para outro. Precedentes: Processo PCA-401-76.2020.5.90.0000 (Relatora Conselheira Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco, DEJT 3/6/2020) e Processo PCA-7203-27.2019.5.90.0000 (Relator Ministro José Roberto Freire Pimenta, DEJT 24/05/2021). 3. Ausência de ilegalidade da Resolução Administrativa nº 48/2021 do TRT da 9ª Região. Procedimento de Controle Administrativo julgado improcedente" (CSJT-PCA-1302-10.2021.5.90.0000, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Relator Conselheiro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 02/09/2021). (grifo nosso)

De outra parte, quanto ao segundo fundamento trazido à baila pela entidade requerente, é bem de ver que a ponderação das consequências da transferência da unidade judiciária sobre a eficiência da prestação jurisdicional trabalhista deve levar em consideração não apenas os interesses dos jurisdicionados do Município de Criciúma, mas os interesses dos jurisdicionados catarinenses como um todo, o que obviamente abrange, em igual medida, os legítimos interesses dos jurisdicionados do Município de Itapema.

Nesse diapasão, é bem de ver que os elementos constantes dos autos não demonstram o propalado prejuízo à eficiência da prestação jurisdicional destinada aos jurisdicionados catarinenses como um todo, não se podendo perder de vista, ainda, que o Tribunal Requerido apenas tomou a providência ora impugnada para solucionar demanda trazida pela própria entidade requerente, haja vista a notória situação de vulnerabilidade dos jurisdicionados do Município de Itapema.

Nesse sentido, o primeiro capítulo da petição inicial (fl. 3):

Em 9/2/2022, através do Ofício n. 22/2022, a OAB/SC requereu ao e. TRT da 12ª Região a adoção de medidas necessárias para viabilizar uma nova unidade judiciária em Itapema/SC.

Isso porque as duas Varas do Trabalho em Balneário Camboriú, que abrangem, além do respectivo município, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Porto Belo e Tijucas excederam a sua capacidade, dada a intensa demanda da região.

Não há que se falar, pois, em eventual ofensa ao princípio do interesse público ou aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o que justificaria, ao menos em tese, a anulação de um ato administrativo discricionário.

Salienta-se, ainda, que a teoria dos motivos determinantes diz respeito à veracidade dos motivos de fato, e não à higidez dos motivos de direito. Não há qualquer elemento nos autos a demonstrar eventual inveracidade dos motivos de fato que conduziram o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região à edição da Resolução Administrativa TRT nº 12/2022.

Tampouco há que se falar em vício nos motivos de direito, haja vista que o ato administrativo ora impugnado encontra nítido amparo no art. 96, I, da CRFB, no art. 28 da Lei 10.770/2003 e no art. 26 da Resolução CSJT nº 296/2021.

Ademais, ao sustentar que o ato administrativo não levou em consideração critérios sociais, políticos e econômicos, pretende a entidade requerente nitidamente revolver o mérito administrativo, isto é, discutir as razões de conveniência e oportunidade que ensejaram a prática do administrativo discricionário, o que, no entender deste relator, revela-se inviável em Procedimento de Controle Administrativo.

Trata-se, afinal, de instrumento de controle de legalidade, consoante se denota do art. 68 do Regimento Interno deste Conselho Superior (RI/CSJT):

Art. 68. O controle dos atos administrativos praticados por órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, cujos efeitos extrapolem interesses meramente individuais, será exercido, de ofício ou mediante provocação, quando contrariadas normas legais ou constitucionais, ou decisões de caráter normativo do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos, salvo quando houver afronta direta à Constituição Federal. (grifei)

Ademais, esclareça-se que, diversamente do que tentam fazer crer as entidades, o Ato CSJT.GP.SG nº 134/2022, ao suspender a aplicação do art. 27 da Resolução CSJT nº 296/2021, não proibiu que os Tribunais Regionais do Trabalho transferissem discricionariamente as sedes das respectivas unidades judiciárias, limitando-se a desregulamentar as diretrizes que outrora balizavam a referida atuação discricionária, bem como as circunstâncias excepcionais em que a referida transferência constituía medida de caráter obrigatório.

Ademais, ainda que assim não fosse, não se poderia perder de vista que o ato normativo supramencionado apresenta indubitável eficácia prospectiva, não tendo o condão de incidir sobre fatos ocorridos antes mesmo de sua publicação, sob pena de ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição da República, ao art. 6º do Decreto-Lei nº 4.657/1942 e ao próprio artigo 2º Ato CSJT.GP.SG nº 134/2022.

Ante todo o exposto, julgo improcedente o pedido, ficando prejudicado o exame do Recurso Administrativo de fls. 226/237.

ISTO POSTO

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, conhecer do Procedimento de Controle Administrativo, nos moldes dos artigos 6º, IV, e 68 do Regimento Interno deste Conselho (RI/CSJT) e, no mérito, **JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO**, ficando prejudicado o exame do Recurso Administrativo de fls. 226/237.

Brasília, 25 de novembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**Desembargador LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL**

**Conselheiro Relator****Processo Nº CSJT-AvOb-0004801-60.2022.5.90.0000**

Complemento                      Processo Eletrônico  
Relator                              Desemb. Cons. Luiz Antonio Moreira Vidigal  
Interessado(a)                    TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIAO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIAO

**A C Ó R D ã O****(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

CSLMV/ccsg/

**AVALIAÇÃO DE OBRAS. PROJETO DE REFORMA DO PISO DO FÓRUM TRABALHISTA DE GOIÂNIA (GO).** Trata-se de Procedimento de Avaliação de Obras relativo ao projeto de reforma do piso do Fórum Trabalhista de Goiânia (GO). A Secretaria de Orçamento e Finanças deste Conselho Superior (SEOFI/CSJT) manifestou-se pela viabilidade orçamentária do projeto, nos termos do art. 10, §2º, da Resolução CSJT nº 70/2010. A Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras deste Conselho Superior (CGCO/CSJT), por sua vez, concluiu que o projeto atende os demais critérios previstos na Resolução CSJT nº 70/2010, muito embora ainda não tenham sido adotadas todas as providências necessárias ao integral cumprimento dos itens relativos à razoabilidade de custos e à divulgação das informações. Destarte, considerando o minucioso trabalho técnico empreendido nestes autos, proponho a homologação do Parecer Técnico nº 10/2022 elaborado pela Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CGCO/CSJT), para aprovar e autorizar a execução do projeto de reforma em apreço com a fixação de determinações ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região. Procedimento de Avaliação de Obras conhecido e aprovado.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Avaliação de Obras nº **CSJT-AvOb-4801-60.2022.5.90.0000**, em que é Interessado o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**.

Trata-se de Procedimento de Avaliação de Obras relativo ao projeto de reforma do piso do Fórum Trabalhista de Goiânia (GO).

A Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região encaminhou o Ofício TRT 18ª GP/DG nº 22/2022 à Secretaria-Geral do Conselho no dia 11/08/2022, submetendo o projeto de reforma do piso do Fórum Trabalhista de Goiânia (GO) à avaliação do Plenário do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (fl. 07).

A Secretaria de Orçamento e Finanças deste Conselho Superior (SEOFI/CSJT) apresentou a Informação nº 197/2022 no dia 13/09/2022, opinando pela viabilidade orçamentária do projeto, nos seguintes termos (fls. 42/46):

Ante o exposto, bem como os normativos afetos à questão, esta Secretaria é de parecer, nos termos do artigo 10, § 2º da Resolução CSJT nº 70/2010, que não há óbice para o seguimento da demanda pleiteada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para que se realize, em 2022, reforma do piso do Fórum Trabalhista de Goiânia-GO. Ressalta-se que para 2023 a continuidade da obra está condicionada à existência de recurso de ação de custeio no TRT, ou, no caso de indisponibilidade, a autorização da Presidência do CSJT para que se movimente crédito de sua reserva técnica àquele TRT, recomendando-se constituir, em qualquer caso, Plano Orçamentário específico.

É o parecer.

A Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras deste Conselho Superior (CGCO/CSJT), por sua vez, apresentou o Parecer Técnico nº 10/2022 em 16/09/2022, manifestando-se pela aprovação da execução do projeto, com a fixação das seguintes determinações ao Tribunal Interessado (fls. 47/76):

4.1. observe o valor previsto no projeto submetido à deliberação do CSJT (R\$ 9.902.487,84);

4.2. revise a planilha orçamentária, conforme as recomendações a seguir (item 2.6): 4.2.1. reavalie os custos dos insumos estimados através de pesquisas de mercado, em especial os integrantes da curva 'A, ampliando as fonte de pesquisa, visando obter valores adequados aos praticados pelo mercado, sob o risco de prática antieconômica; 4.2.2. revise as composições de custo unitário, visando detalhar os custos de produção de mão de obra e material separadamente, uma vez que há a incidência de imposto (ISSQN) apenas para os custos de mão de obra.

4.2.3. enquadre os encargos sociais complementares sobre a mão de obra (alimentação, transporte, exames e seguro) como custos de mão de obra e ferramentas e EPI como custos de material, conforme metodologia Sinapi. 4.3. publique no portal eletrônico do Tribunal Regional os dados do projeto e suas alterações, o Alvará de Licença para Ampliação, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições, de pagamentos e de auditoria, bem como eventuais interrupção ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-os imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT n.º 70/2010 (item 2.7); 4.4. observe as orientações e condicionantes previstas no Parecer Técnico SEOFI - INFORMAÇÃO Nº 197/2022 -, especialmente, quanto à criação de um Plano Orçamentário específico, identificando a situação e vinculando recursos, visando o acompanhamento efetivo. (item 2.8).

Os autos foram a mim distribuídos no dia 20/09/2022 (fl. 603).

É o relatório.

V O T O

**1. CONHECIMENTO**

O art. 89 do Regimento Interno deste Conselho Superior (RI/CSJT) dispõe que "... os projetos de obras a serem executados no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus serão avaliados e aprovados pelo Plenário do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, na forma de ato normativo que discipline a matéria....

O art. 8º da Resolução CSJT nº 70/2010, por sua vez, preceitua que ... os projetos das obras e as aquisições de imóveis no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus passarão por avaliação e aprovação do colegiado do Conselho Superior da Justiça do Trabalho....

Nessa senda, e considerando que o Ofício TRT 18ª GP/DG nº 22/2022 submeteu o projeto de reforma do piso do Fórum Trabalhista de Goiânia (GO) à avaliação e à autorização deste Conselho Superior, conheço do Procedimento de Avaliação de Obras, com fulcro no art. 89 do Regimento Interno deste Conselho Superior (RI/CSJT) c/c o art. 8º da Resolução CSJT nº 70/2010.

**2. MÉRITO**

Trata-se de Procedimento de Avaliação de Obras relativo ao projeto de reforma do piso do Fórum Trabalhista de Goiânia (GO).

No dia 11/08/2022, o Exmo. Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região encaminhou à Secretaria-Geral do Conselho o Ofício TRT 18ª GP/DG nº 22/2022, submetendo o projeto de reforma do piso do Fórum Trabalhista de Goiânia (GO) à avaliação deste Conselho Superior.

A Coordenadoria de Governança de Contratações e Obras deste Conselho Superior (CGCO/CSJT) elaborou minucioso trabalho acerca do atendimento dos parâmetros estabelecidos pela Resolução CSJT nº 70/2010.

No decorrer de seu parecer, o órgão técnico analisou detidamente as seguintes matérias: a) planejamento; b) regularidade do terreno; c) viabilidade do empreendimento; d) elaboração e aprovação dos projetos; e) elaboração das planilhas orçamentárias; f) razoabilidade de custos; g) divulgação das informações; h) adequação aos referenciais de área. Nesse sentido, o Parecer Técnico nº 10/2022:

## 2. ANÁLISE

### 2.1. Verificação do planejamento

#### 2.1.1. Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis

O art. 2º da Resolução CSJT n.º 70/2010 define Plano Plurianual de Obras como documento aprovado pelo Pleno ou Órgão Especial do Tribunal que relaciona as obras necessárias à prestação jurisdicional, agrupadas pelo porte da obra, em ordem de prioridade. Nesse contexto, o Tribunal Regional apresentou o seu Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis para o período de 2021 a 2024, aprovado pelo Tribunal Pleno em 05/08/2022, Resolução Administrativa n.º 74/2022.

#### 2.1.2. Planilha de Avaliação Técnica

A Planilha de Avaliação Técnica serve de base para a confecção do Plano Plurianual de Obras e Aquisição de Imóveis e deve ser elaborada pelo Tribunal Regional de forma a aferir pontuações relacionadas a atributos do projeto em questão.

(...)

Tais avaliações técnicas resultaram no Sistema de Priorização de Obras do Tribunal Regional, que inclui projeto de Reforma do Piso do Fórum Trabalhista de Goiânia na 01ª posição.

#### 2.1.3. Ação Orçamentária Específica

O projeto de Reforma do Piso do Fórum Trabalhista de Goiânia não constitui ação orçamentária específica na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais, nos termos do § 5º, art. 7º, da Resolução CSJT n.º 70/2010. Declara o Tribunal que a despesa de que tratam os presentes autos, no valor total de R\$9.902.487,84, possui adequação orçamentária e previsão, considerando a dotação consignada na Lei Orçamentária Anual - LOA 2022, na ação 4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, no montante de R\$ 1.500.000,00, bem como a importância a ser incluída na Proposta Orçamentária para 2023, da ordem de R\$ 8.402.487,84, na ação cadastrada no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) sob o n.º 10.15119.02.122.0033.N22D - Reforma de Piso dos pavimentos do Fórum Trabalhista de Goiânia - GO. Para a elaboração do programa de necessidade, dos estudos de viabilidade e dos projetos, o Tribunal Regional não solicitou ao Presidente do CSJT alocação inicial de recursos.

#### 2.1.4. Plano de Fiscalização

O Tribunal Regional elaborou Plano de Fiscalização, prevendo, assim, os profissionais que serão necessários para a execução do projeto durante o período previsto no cronograma físico-financeiro.

(...)

#### 2.1.5. Conclusão da verificação do planejamento

Item cumprido.

(...)

#### 2.2. Verificação da regularidade do terreno

O Tribunal Regional encaminhou os Termos de Entrega firmados entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o TRT da 18ª Região dos imóveis sob matrículas n.º 28.312 (lote nº4/6, da quadra T-22, Rua T-29) e n.º 73.669 (lote nº3/23, da quadra T-22, Avenida T-1), de propriedade da União, com áreas de 2.687,50m² e 1.562,50m², respectivamente.

Ainda, encaminhou a Certidão do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição do imóvel sob matrícula 196.112 (lote nº1/24, na Avenida T-1), de propriedade da União, com área de 12.130,00m², com confirmação de cadastramento no Spiunet, de 23/12/2021.

#### 2.2.1. Conclusão da verificação da regularidade do terreno

Item cumprido.

(...)

#### 2.3. Verificação da viabilidade do empreendimento

O Tribunal Regional apresentou estudo de viabilidade técnico-econômico-ambiental, o qual justifica a necessidade de realização da intervenção no piso, em vista do intenso trânsito de pessoas, variações térmicas implicado na dilatação e contração das peças, além do uso diário de produtos de limpeza, que causaram danos ao revestimento e bases do piso elevado existente. Quanto à viabilidade orçamentário-financeira, elaborou parecer que foi encaminhado à Secretaria de Orçamento e Finanças (SEOFI/CSJT) para análise.

#### 2.3.1. Conclusão da verificação da viabilidade do empreendimento

Item cumprido.

(...)

#### 2.4. Verificação da elaboração e aprovação dos projetos

O Tribunal Regional apresentou cópia do Carimbo de aprovação dos projetos pela Prefeitura Municipal, datado de 11/08/2010 e Licença Ambiental de instalação nº 201/2020.

Como complemento, enviou Parecer Técnico nº 999/2022- GERLQA, com Licença específica para reforma de piso e pintura de um dos edifícios do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, onde consta a informação que está em vigor uma Licença nº201/2020, válida até 22/07/2024, não havendo necessidade de emissão de uma nova licença. Quanto à aprovação junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, informa o Tribunal, que o projeto referente aos edifícios que compõem o Complexo Trabalhista de Goiânia já foi aprovado e a certificação está em curso sob protocolo nº 42119/21. Como a reforma em tela não acarretará alterações de rotas de fuga ou quaisquer outras correlatas, não haverá necessidade de submissão à nova análise daquele CBM.

#### 2.4.1. Conclusão da verificação da viabilidade do empreendimento

Item cumprido.

(...)

#### 2.5. Verificação da elaboração das planilhas orçamentárias

##### 2.5.1. Existência de ART ou RRT

Define-se Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), como documento que determina, para efeitos legais, os responsáveis técnicos por determinado trabalho de arquitetura/engenharia.

Para a obra de Goiânia, o Tribunal Regional apresentou cópia da ART n.º 1020220140895 de elaboração da planilha orçamentária, em nome do profissional Paulo Sérgio de Castro.

### 2.5.2. Detalhamento da composição do BDI

Verificou-se que o Tribunal Regional encaminhou, para o projeto em análise, a composição do BDI (Bônus de Despesas Indiretas) com as parcelas que de fato devam constituir-lo.

(...)

### 2.5.3. Compatibilidade das composições com o SINAPI

Verificou-se que, para as planilhas orçamentárias do projeto em análise, nem todos os itens possuem correspondência com o SINAPI. A Tabela 4 indica a quantidade de itens das planilhas orçamentárias que possuem correspondência com o referido sistema de custos.

(...)

Depreende-se da Tabela 4 que, do total de 58 itens, o SINAPI é utilizado como referência apenas para 1 item (1,6%) da planilha orçamentária da obra de Goiânia.

A prática de adotar composições com base na experiência da empresa orçamentista não é absolutamente repreensível, haja vista que o SINAPI não engloba todas as composições existentes em orçamentos de obras públicas. Assim, para a formação de posicionamento acerca da razoabilidade do custo da obra, utilizar-se-á dos testes seguintes.

### 2.5.4. Curva ABC

Para esta análise, foi elaborada a curva ABC 1 do orçamento da obra, de modo que ficassem evidenciados os itens que, juntos, correspondem a 80% do valor global da reforma do piso do Fórum de Goiânia. Frise-se que nenhuma análise específica pôde ser feita em relação aos itens mais relevantes que não possuem correspondência com o SINAPI. Dessa forma, para os itens que, segundo o Tribunal Regional, tenham valor correspondente no SINAPI, foram verificados seus custos unitários, os quais indicaram consonância com o referido sistema de custos.

### 2.5.5. Conclusão da verificação da elaboração das planilhas orçamentárias

Item cumprido.

(...)

## 2.6. Verificação da razoabilidade de custos

As análises dos custos das obras no âmbito do Judiciário Trabalhista têm por base o disposto na literatura técnica especializada, os princípios norteadores da Administração Pública - notadamente os da razoabilidade, moralidade e eficiência - e também as disposições de três normativos: a Resolução CSJT n.º 70/2010, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Decreto n.º 7.983/2013. Considerando se tratar de uma obra de reforma com escopo específico, não foi possível a utilização de avaliações de custos a partir de métodos comparativos, seja com tabelas referenciais, como Sinapi e CUB, seja com as obras semelhantes, anteriormente aprovadas pelo CSJT. Desta forma, passou-se a avaliação dos itens mais relevantes da Curva ABC, sob a ótica da compatibilização de projeto, composição de custo unitário e adequação de valores aos praticados no mercado.

### 2.6.1. Piso Elevado

Trata-se do item mais caro da obra, totalizando R\$5.444.094,57 (com BDI), o que representa 54,98% da obra. Somam-se, ainda, R\$221.269,90 (com BDI), 2,23% da obra, referentes aos componentes adicionais para sala de audiência.

(...)

Observam-se, nesta composição, as seguintes incongruências: 1) a pesquisa de mercado realizada para cotação do valor do piso elevado, com média de R\$463,59/m² apresenta valores de cotação com alto desvio padrão, uma vez que a diferença entre a maior e a menor proposta é de R\$117,50/m², o que pode apresentar distorções no preço estimado e comprometer o desconto da licitação. Recomenda-se, portanto, uma ampliação da estimativa de modo a se considerar pesquisas em sites especializados, compras e registros públicos, portais oficiais e banco de preços;

2) em pesquisa realizada por esta Coordenadoria, com base em propostas de preços entre empresas privadas, identificou-se a cotação de R\$451,65/m² do item em tela. A adoção deste valor representaria uma redução de R\$11,94/m², resultando na diferença de R\$82.800,26 (com BDI); 3) Considerando o fato de haver BDIs diferenciados para materiais e mão de obra, uma vez que há a incidência de imposto (ISSQN) apenas para os custos de mão de obra, recomenda-se ao Tribunal a revisão da composição de custo unitário, visando incluir os custos de produção de mão de obra.

### 2.6.2. Paineis Modulares Acústicos

Trata-se do segundo item mais caro da obra, totalizando R\$798.468,54 (com BDI), o que representa 8,06% da obra.

(...)

Observam-se, nesta composição, as seguintes incongruências: 1) a pesquisa de mercado realizada para cotação do valor dos painéis modulares acústicos, com média de R\$841,86/m² apresenta valores de cotação com alto desvio padrão, uma vez que a diferença entre a maior e a menor proposta é de R\$285,87/m², o que pode apresentar distorções no preço estimado e comprometer o desconto da licitação. Recomenda-se, portanto, uma ampliação da estimativa de modo a se considerar pesquisas em sites especializados, compras e registros públicos, portais oficiais e banco de preços; 2) em pesquisa realizada por esta Coordenadoria, com base em propostas de preços entre empresas privadas, identificou-se a cotação de R\$620,00/m². A adoção deste valor representaria uma redução de R\$221,86/m², resultando na diferença de R\$210.422,48 (com BDI); 3) Considerando o fato de haver BDIs diferenciados para materiais e mão de obra, uma vez que há a incidência de imposto (ISSQN) apenas para os custos de mão de obra, recomenda-se ao Tribunal a revisão da composição de custo unitário, visando incluir os custos de produção de mão de obra.

### 2.6.3. Carpete em rolo

Trata-se do terceiro item mais caro da obra, totalizando R\$501.092,51 (com BDI), o que representa 5,06% da obra.

(...)

Observam-se, nesta composição, as seguintes incongruências: 1) a pesquisa de mercado realizada para cotação do valor do carpete em rolo, com

média de R\$263,33/m<sup>2</sup> apresenta possíveis indícios de distorção em relação aos valores praticados no mercado, uma vez que em pesquisa realizada por esta Coordenadoria, com base em propostas de preços entre empresas privadas, a cotação mais alta foi de R\$219,00/m<sup>2</sup>, com média de R\$214,50/m<sup>2</sup>. A adoção deste valor representaria uma redução de R\$48,83/m<sup>2</sup>, resultando na diferença de R\$92.073,59 (com BDI);2) os encargos sociais complementares sobre a mão de obra (alimentação, transporte, exames e seguro) estão discriminados na coluna material, quando deveriam somar na coluna mão de obra, juntamente com os custos de ferramentas e EPI. Do exposto, evidencia-se que os serviços mais relevantes contemplam insumos que não estão referenciados na tabela Sinapi, desta forma o procedimento necessário seria uma estimativa de preços mais ampla, que envolveria a cotação de preços no mercado com fornecedores especializados e a pesquisa por preços praticados pela Administração Pública. A área técnica do TRT apresentou as cotações realizadas junto às empresas fornecedoras. Esta Coordenaria, ao realizar cotações de mercado por sua conta, identificou que os preços efetivamente praticados no mercado apresentavam variação a menor em relação aos valores apontados na planilha técnica do Tribunal, ou seja, uma empresa teria acesso a valores inferiores aos estimados pelo Tribunal, majorando o lucro do serviço, além do previsto no BDI. A discrepância entre os preços cotados em pesquisa e os efetivamente praticados pelo mercado é comum e já havia sido identificada pelo próprio TCU, no Acórdão 2.149/2014, no qual afirma fornecedores de bens e serviços não desejam revelar aos seus concorrentes os preços que estão dispostos a praticar, no futuro certame licitatório. Por isso, os preços são artificialmente subestimados ou superestimados.

A jurisprudência do TCU que, anteriormente considerava a prática dos três orçamentos como o mínimo aceitável para estimativa de preços, especificou no Acórdão 3.453/2011-2C, que para a obtenção de preços reais e melhores que aqueles fornecidos quando da pesquisa de mercado para aquisição de bens/produtos, deve ser considerado como fonte de informação os preços praticados no site de compras do Governo e Ata de Registro de Preços de outros órgãos.

O TCU vem recomendando, a partir do Acórdão 2.816/2014-P, não restringir a pesquisa de preços a cotações de potenciais fornecedores, adotando também outros parâmetros e promovendo ações de capacitação em estimativa de preços, a partir de pesquisas em mídia e sites especializados, compras e registros públicos, portais oficiais, banco de preços, tabelas de fabricantes. Foi nessa linha que o Governo Federal editou a Instrução Normativa nº 73/2020.

Do exposto, cabe ao Tribunal Regional da 18ª Região reavaliar os custos dos insumos estimados através de pesquisas de mercado, em especial os integrantes da curva 'A, ampliando a fonte de pesquisas, conforme art. 5º da Instrução Normativa nº 73/2020, visando obter valores adequados aos praticados pelo mercado.

#### 2.6.4. Conclusão da verificação da razoabilidade de custos Item parcialmente cumprido.

(...)

#### 2.6.6. Proposta de encaminhamento

Determinar ao Tribunal Regional da 18ª Região: reavalie os custos dos insumos estimados através de pesquisas de mercado, em especial os integrantes da curva 'A, ampliando a fonte de pesquisa, visando obter valores adequados aos praticados pelo mercado, sob o risco de prática antieconômica; revise as composições de custo unitário, visando detalhar os custos de produção de mão de obra e material separadamente, uma vez que há a incidência de imposto (ISSQN) apenas para os custos de mão de obra. enquadre os encargos sociais complementares sobre a mão de obra (alimentação, transporte, exames e seguro) como custos de mão de obra ferramentas e EPI como custos de material, conforme metodologia Sinapi.

#### 2.7. Verificação da divulgação das informações

Em consulta ao portal eletrônico do Tribunal Regional, esta CGCO constatou que as informações até então disponibilizadas estão apresentadas de forma intuitiva, simples e organizada. Entretanto, há espaço para aprimorar a transparência quanto.

##### 2.7.1. Conclusão da verificação da divulgação das informações Item parcialmente cumprido.

(...)

##### 2.7.3. Proposta de encaminhamento

Determinar ao TRT da 18ª Região que: publique no portal eletrônico do Tribunal Regional os dados do projeto e suas alterações, o Alvará de Licença para Reforma, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições, de pagamentos e de auditoria, bem como eventuais interrupção ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-os imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT n.º 70/2010.

#### 2.8. Verificação da adequação aos referenciais de área

A Tabela 13 apresenta a comparação das áreas projetadas pelo Tribunal Regional com os limites fixados pela Resolução CSJT n.º 70/2010:

##### 2.8.1. Conclusão da verificação da adequação aos referenciais de área Item não aplicável.

(...)

Como bem se vê, o projeto de reforma atende os critérios constantes da supramencionada Resolução CSJT nº 70/2010, muito embora ainda não tenham sido adotadas todas as providências necessárias ao integral cumprimento dos itens relativos à razoabilidade de custos e à divulgação das informações.

De outra parte, como bem salientou a Secretaria de Orçamento e Finanças deste Conselho Superior (SEOFI/CSJT), não se vislumbra qualquer óbice à execução do projeto sob o prisma orçamentário, eis que observadas as 03 (três) diretrizes constantes do art. 10, §2º, da Resolução CSJT nº 70/2010.

Nesse sentido, a Informação nº 197/2022 da SEOFI/CSJT:

O parecer técnico desta Secretaria se baseia nos termos insculpidos pelo artigo 10, § 2º da Resolução CSJT nº 70/2010, o qual é taxativo quanto à abordagem dos seguintes aspectos: i. A capacidade orçamentária e financeira da Justiça do Trabalho para a execução da obra ou aquisição do imóvel; ii. a previsão da fonte de recursos; e iii. limite de despesas primárias, instituídos pela Emenda Constitucional nº 95/2016, até a conclusão dos projetos constantes do Plano Plurianual de Obras e Aquisições de Imóveis da Justiça do Trabalho - PPOAI-JT. No tocante ao item i, acima discriminado, informo que a avaliação da capacidade orçamentária está condicionada a existência da fonte de recursos no próprio Regional, o que foi declarado pelo próprio TRT, no que tange ao valor de 2022. No que se refere ao exercício de 2023, não há recurso previsto na Lei Orçamentária para aquele ano, uma vez que a obra ainda não foi aprovada pelo Plenário do CSJT. Quanto ao item ii, verifica-se que aquele TRT



indicou como fonte a ser utilizada para este objetivo parte dos recursos consignados na ação *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho em 2022*, sendo que em 2023 haverá a necessidade do TRT indicar os recursos a serem reservados para a conclusão da obra, após a aprovação do seu orçamento. No tocante ao item iii, esclareço que tanto o orçamento é realizado obedecendo ao teto gastos estabelecido pela EC 95/2016, sendo que, para 2023, há certo excedente orçamentário que, se autorizado, pode albergar a referida obra.

Cumpra esclarecer que a ação orçamentária 4256 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho* prevê a aplicação de recursos em despesas, dentre outros, com manutenção e conservação de imóveis. Outrossim, pode-se inferir ainda que o objeto da contratação em concreto é a realização de uma REFORMA que objetiva possibilitar a manutenção de um imóvel, notadamente a reforma parcial do Fórum Trabalhista de Goiânia, unidade jurisdicionada ao TRT da 18ª Região. Em se tratando de uma reforma sem acréscimo de área/volume, não se pode olvidar de que se trata de um serviço de manutenção predial e não de uma obra de engenharia, tendo em conta que a reforma em questão não envolve patrimonialização de bens públicos. Feitas tais considerações, esta Secretaria entende que a ação orçamentária 4256 - *Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho*, classificada como atividade, é a mais adequada para a realização desse tipo de despesa. Não obstante, caso autorizado e para maior controle e transparência na utilização dos recursos a serem executados pelo TRT no tocante à demanda em comento, aquele Tribunal deverá criar, no bojo da ação acima citada, um Plano Orçamentário (PO) específico identificando a situação, como também vinculando os recursos ali inscritos, propiciando um acompanhamento mais efetivo, tanto físico quanto financeiro, da sua execução.

Ante o exposto, e considerando o minucioso trabalho técnico empreendido nestes autos, proponho a homologação do Parecer Técnico nº 10/2022 elaborado pela Coordenadoria de Governança de Contratações e de Obras (CGCO/CSJT), para aprovar e autorizar a execução do projeto de reforma em apreço, bem como para determinar que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região adote as seguintes providências: a) observar o valor previsto no projeto submetido à deliberação do CSJT (R\$ 9.902.487,84); b) revisar a planilha orçamentária (item 2.6); c) publicar em seu portal eletrônico os dados do projeto e suas alterações, o alvará de licença para ampliação, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições, de pagamentos e de auditoria, bem como eventuais interrupções ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-os imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT nº 70/2010 (item 2.7); d) observar as orientações e condicionantes previstas na Informação nº 197/2022 da SEOFI/CSJT (item 2.8).

ISTO POSTO

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, conhecer do Procedimento de Avaliação de Obras, com fulcro nos artigos 8º da Resolução CSJT nº 70/2010 e 89 do RI/CSJT e, no mérito, homologar o Parecer Técnico nº 10/2022 elaborado pela Coordenadoria de Governança de Contratações e de Obras deste Conselho Superior (CGCO/CSJT), para **aprovar e autorizar a execução do projeto**, bem como para determinar que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região adote as seguintes providências: a) observar o valor previsto no projeto submetido à deliberação do CSJT (R\$ 9.902.487,84); b) revisar a planilha orçamentária (item 2.6); c) publicar em seu portal eletrônico os dados do projeto e suas alterações, o alvará de licença para ampliação, os principais procedimentos e documentos licitatórios e contratuais, os relatórios de medições, de pagamentos e de auditoria, bem como eventuais interrupções ou atrasos no cronograma da obra, comunicando-os imediatamente à Presidência do CSJT, na forma do art. 42 da Resolução CSJT nº 70/2010 (item 2.7); d) observar as orientações e condicionantes previstas na Informação nº 197/2022 da SEOFI/CSJT (item 2.8).

Brasília, 25 de novembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**Desembargador LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL**  
**Conselheiro Relator**

**Processo Nº CSJT-PP-0000056-79.2022.5.90.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Cons. Maria Cesarineide de Souza Lima
Requerente	FATIMA CHRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA - JUÍZA DO TRABALHO TITULAR
Requerido(a)	PRESIDENCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIAO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- FATIMA CHRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA - JUÍZA DO TRABALHO TITULAR
- PRESIDENCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIAO

**A C Ó R D Ã O**

**(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**CSMCL/ /**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MEDIDAS ADOTADAS PELO TRT13, A PARTIR DE DECISÃO DO STF, PARA RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS A MAGISTRADOS. APRECIÇÃO PELO STF QUANTO À LEGITIMIDADE DE PARTE E AFASTAMENTO DA ALEGAÇÃO DE RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. REJEIÇÃO. Tendo o Supremo Tribunal Federal estipulado todas as balizas para que o TRT13 adotasse as medidas com vistas a reaver valores indevidamente pagos, inclusive no que se refere à legitimidade de parte dos magistrados e afastamento da alegação de recebimento de boa-fé, não compete ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho rediscutir a matéria, pois a decisão da via administrativa não pode se sobrepor àquela proferida na via judicial, o que importa na rejeição do Pedido de Providências.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Providências nº **TST-CSJT-PP-56-79.2022.5.90.0000**, em que é Requerente **FATIMA CHRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA - JUÍZA DO TRABALHO TITULAR** e é Requerido **PRESIDENCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIAO**.

Trata-se de Procedimento de Pedido de Providências (PP), instaurado para que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprecie Recurso Administrativo, ante a ausência de quórum no Regional em razão de impedimento/suspeição para apreciação do apelo, interposto por **FATIMA CHRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA**, em desfavor do Requerido, objetivando verificar a legalidade do Ato do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região que autorizou desconto em folha de pagamento sobre sua remuneração, para adimplemento de dívida com a União relativa a valores indevidamente recebidos, conforme reconhecido em decisão proferida pelo STF nos autos da Ação Originária nº 1444/PB.

A requerente questiona a legalidade de ato exarado pelo Tribunal requerido, por meio do qual foi afastada a pretensão consistente na dispensa de ressarcimento de valores indevidamente pagos a magistrados a título de correção monetária incidente sobre as parcelas vencidas e vincendas referentes ao abono variável de que tratam as Leis 9655/98 e 10.474/2002, nos termos da Decisão proferida no Processo Administrativo - Protocolo nº 000-07338/2018.

Sustenta que há prescrição da referida cobrança pelo decurso de lapso superior a 15 (quinze) anos; que os magistrados associados foram meros



beneficiários dos valores, não tendo participado da Ação originária e que, portanto, a eles não pode ser estendidos os efeitos da coisa julgada, dado que não figuraram como parte da relação processual; alegam a impossibilidade de devolução de verba alimentar recebida de boa-fé. Aduz que, a época do ajuizamento da ação originária 1.444 no STF, não mais fazia parte do quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, nem era associada da AMATRA-XIII, portanto, não alcançada pela decisão judicial prolatada neste processo judicial. Afirma, ainda e por fim, sua boa-fé e o caráter alimentar da verba. Subsidiariamente, pede a compensação com amparo na Resolução CSJT nº 254/2019.

Instado a se manifestar, o TRT13 informou que vem adotando todas as providências no sentido de dar efetivo cumprimento à decisão definitiva proferida pelo STF nos autos da Ação Originária nº 1444/PB, a qual determinou a restituição das quantias pagas indevidamente aos magistrados em virtude de correção monetária sobre o abono variável previsto nas Leis nºs 9.655/98 e 10.474/2002.

A Assessoria Jurídica do CSJT emitiu parecer, concluindo que não foi demonstrada pela recorrente razão para a revisão da decisão da Presidência do TRT da 13ª Região, a qual determinou a restituição ao erário dos valores percebidos em decorrência da RA n.º 114/2004.

Éo relatório.

V O T O

## 1. CONHECIMENTO

Os autos vieram a este Conselho em razão da ausência de quórum para julgamento no tribunal de origem (TRT13), encontrando-se pendente de decisão recurso administrativo interposto pela magistrada **FATIMA CHRISTIANE GOMES DE OLIVEIRA** contra ato da Presidência do TRT da 13ª Região.

O Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RICSJT) prevê a competência do Plenário do CSJT para o julgamento desse tipo de matéria, nos termos do art. 6º, XIX:

Art. 6º Ao Plenário, que é integrado por todos os Conselheiros, compete:

[...]

XIX- apreciar processo administrativo não disciplinar de interesse de magistrados trabalhistas de primeiro e segundo graus que não tenha sido julgado no Tribunal Regional do Trabalho originariamente competente por ausência de quórum por suspeição ou impedimento de seus membros. Verifica-se, portanto, que há previsão regimental para a apreciação do recurso administrativo encaminhado pelo TRT da 13ª Região.

Assim, decide-se conhecer do presente Pedido de Providências.

## 2. MÉRITO

Insurge-se a requerente pelo ato do requerido (TRT13) que adotou medidas tendentes a reaver os valores indevidamente pagos, o que, segundo alega, revelaria ausência de isonomia com feitos idênticos julgados por este Conselho, que dispensaram os requerentes da devolução do débito, com base no princípio da boa-fé objetiva.

Alega a requerente que, no presente caso, existe situação de fato que diferencia o feito em relação aos demais magistrados, na medida em que ela foi Juíza Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, todavia, por ocasião do ajuizamento da ação Originária, não mais integrava os quadros do TRT13, e sim o TRT21, onde permanece até a presente data.

Esclarece que não foi parte diretamente da Ação Originária 1444/STF, ou por meio de representação da AMATRA XIII, notadamente porque, logo após a distribuição do feito, foi removida para o TRT21, de forma que, no seu entendimento, não pode ser alcançada pelos efeitos da decisão proferida pelo STF na citada ação.

Afirma que recebeu os valores de boa-fé e que houve erro na interpretação da Lei, hipótese em que seria inexigível a devolução dos valores, conforme entendimento pacífico dos tribunais, especialmente STF, STJ e TCU, mormente pelo fato de não ter dado causa a nulidade do ato administrativo.

Invoca o princípio da igualdade constitucional, não se podendo admitir a aplicação de regra diversa no presente caso, sob pena de admissão de tratamento discriminatório dentro da categoria dos servidores públicos.

Passa-se à análise.

Os argumentos da requerente não prosperam, na medida em que os casos não são idênticos, como se passa a demonstrar.

Este Conselho apreciou recentemente os processos nºs CSJT-PP-10454-83.2020.5.90.0000 e CSJT-PCA-302-72.2021.5.90.0000 que, tal como este feito, versavam sobre devolução de valores recebidos a título de correção monetária de abono variável, ocasião em que o pleito inicial foi julgado procedente para eximir os requerentes da devolução do débito, com base na boa-fé objetiva.

Na sessão do CSJT do dia 22/10/2021, foi apreciada ainda uma terceira ação similar, referente à incidência da correção monetária sobre o abono variável previsto na Lei nº 10.474/2002, tombada sob o nº CSJT-PCA-501-94.2021.5.90.0000, que entendeu pelo recebimento dos valores de boa-fé, dispensando os autores da respectiva devolução.

Essa última ação (CSJT-PCA-501-94.2021.5.90.0000) teve origem a partir do processo AO nº 1.163/DF, STF, de Relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que deu ensejo a cobrança dos respectivos valores, sendo importante analisar o seguinte trecho da decisão do Pretório Excelso:

3) Devolução dos valores recebidos de boa-fé pelos magistrados. O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região defende a desnecessidade de devolução dos valores recebidos pelos magistrados tendo em vista a boa-fé, a presunção de legalidade dos atos administrativos e a existência de dúvida razoável acerca da interpretação da Lei 10.474/2002, bem como da Resolução 245/STF. Conforme consignado anteriormente, a capacidade processual (judiciária) conferida aos entes despersonalizados é reconhecida tão somente para agir em defesa de suas prerrogativas e na proteção de sua autonomia e de seus direitos, e não para a salvaguarda de terceiros, os quais poderão alegar suas defesas na via processual própria. Ademais, é importante ressaltar que a decisão agravada não determinou a imediata devolução dos valores, mas, tão somente, que o TRT da 10ª Região adote as providências cabíveis (por meio de processo administrativo) para restituição das quantias pagas indevidamente, assim como a AMATRA X, no tocante a seus associados beneficiados, quanto aos valores por eles percebidos a esse título. [grifou-se]

Já o presente Pedido de Providências teve origem a partir de decisão do STF na AO nº 1.444/PB, cuja relatoria ficou ao encargo do Ministro Roberto Barroso, sendo oportuna a transcrição do seguinte trecho transitado em julgado:

6. No mais, afasto, desde já, a alegação de boa-fé dos agravantes, com vistas a afastar a repetição dos valores indevidamente recebidos por ato administrativo do TRT/13ª Região. Tal afirmação se revela incompatível diante da expressa e clara previsão do art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.474/2002, que não inclui a correção monetária (...). [grifou-se]

Constata-se que, apesar de os feitos guardarem identidade de objeto, são distintos quanto à formação da coisa julgada objetiva, porquanto na AO nº 1.163/DF possibilitou-se a discussão, no âmbito administrativo, acerca da boa-fé dos requerentes do processo CSJT-PCA-501-94.2021.5.90.0000, ao passo que, na AO nº 1.444/PB que deu origem ao processo em análise, houve manifestação expressa afastando a boa-fé como argumento para evitar a repetição do indébito.

No que se refere à alegada ilegitimidade de parte, a questão foi enfrentada na decisão pelo Ministro Luís Roberto Barroso, que indeferiu o pedido de juízes para ingresso no feito, por entender que todos os magistrados beneficiados pela decisão que concedeu o pagamento da verba em discussão estavam representados pela AMATRA 13.

Nesse caminhar, a decisão proferida pelo STF foi no sentido de que seus interesses foram defendidos pelo órgão de classe.

Verifica-se, dessa forma, que a decisão de restituição dos valores indevidamente pagos foi proferida em desfavor dos beneficiários da decisão e não do TRT13, responsável unicamente pelas providências administrativas para reaver as quantias equivocadamente pagas, na medida em que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu as balizas quanto à legitimidade dos magistrados para devolução dos valores e ausência de boa-fé.

A pretensão da requerente, acaso acolhida por este Conselho, equivaleria ao exercício de indevida ingerência de órgão administrativo em assunto

já decidido pelo Poder Judiciário, no caso pelo STF, o que não se admite, por afronta ao Estado Democrático de Direito.

A matéria foi analisada pelo Supremo, com acórdão transitado em julgado, que gerou efeitos erga omnes a todos os beneficiários da RA 114/2004 TRT13, independente de, ao tempo da prolação da decisão do STF, não mais estarem vinculados ao TRT13.

Importante ressaltar ainda que o caráter alimentar da verba já era de conhecimento do STF quando da prolação da decisão, de forma que não se mostra viável, na via administrativa, quando se está estritamente cumprindo comando judicial, rediscutir esse tema, valendo ressaltar que a decisão da Suprema Corte transitou em julgado em 29/05/2019, não sendo alcançada pela prescrição quinquenal de que trata o Decreto n.º 20.910, de 6/1/1932.

Quanto ao pedido de compensação de valores, conforme informações da área de pagamento e finanças do TRT13 (seq.6), inexistente crédito líquido e certo da magistrada, com valores disponíveis para efetivo pagamento, a permitir o exame de licitude de aplicação da compensação.

No que se refere ao pedido subsidiário de parcelamento, o Tribunal de origem já determinou a observância do art. 46 da lei 8112/90, que trata acerca do parcelamento, inexistindo interesse de agir no particular.

Conclui-se, assim, que a questão foi devidamente enfrentada pelo Estado-Juiz, no caso o STF, razão pela qual o presente PP deve ser rejeitado. Dessarte, decide-se conhecer do presente Pedido de Providências e, no mérito, rejeitá-lo.

ISTO POSTO

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, conhecer do Pedido de Providências e, no mérito, rejeitá-lo.

Brasília, 25 de novembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA**  
**Conselheira Relatora**

**Processo Nº CSJT-PP-0000067-11.2022.5.90.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Cons. Maria Cesarineide de Souza Lima
Requerente	LUIZA EUGENIA PEREIRA ARRAES - JUÍZA DO TRABALHO TITULAR
Requerido(a)	PRESIDENCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIAO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- LUIZA EUGENIA PEREIRA ARRAES - JUÍZA DO TRABALHO TITULAR
- PRESIDENCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIAO

**A C Ó R D Ã O**

**(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**CSMCL /**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. MEDIDAS ADOTADAS PELO TRT13, A PARTIR DE DECISÃO DO STF, PARA RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS A MAGISTRADOS. APRECIÇÃO PELO STF QUANTO À LEGITIMIDADE DE PARTE E AFASTAMENTO DA ALEGAÇÃO DE RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. REJEIÇÃO. Tendo o Supremo Tribunal Federal estipulado todas as balizas para que o TRT13 adotasse as medidas com vistas a reaver valores indevidamente pagos, inclusive no que se refere à legitimidade de parte dos magistrados e afastamento da alegação de recebimento de boa-fé, não compete ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho rediscutir a matéria, pois a decisão da via administrativa não pode se sobrepor àquela proferida na via judicial, o que importa na rejeição do Pedido de Providências.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Providências nº **TST-CSJT-PP-67-11.2022.5.90.0000**, em que é Requerente **LUIZA EUGENIA PEREIRA ARRAES - JUÍZA DO TRABALHO TITULAR** e é Requerido **PRESIDENCIA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIAO**.

Trata-se de Procedimento de Pedido de Providências (PP), instaurado para que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprecie Recurso Administrativo, ante a ausência de quórum no Regional em razão de impedimento/suspeição para apreciação do apelo, interposto por **LUIZA EUGENIA PEREIRA ARRAES**, em desfavor do Requerido, objetivando verificar a legalidade do Ato do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região que autorizou desconto em folha de pagamento sobre sua remuneração, para adimplemento de dívida com a União relativa a valores indevidamente recebidos, conforme reconhecido em decisão proferida pelo STF nos autos da Ação Originária nº 1444/PB.

A requerente questiona a legalidade de ato exarado pelo Tribunal requerido, por meio do qual foi afastada a pretensão consistente na dispensa de ressarcimento de valores indevidamente pagos a magistrados a título de correção monetária incidente sobre as parcelas vencidas e vincendas referentes ao abono variável de que tratam as Leis 9655/98 e 10.474/2002, nos termos da Decisão proferida no Processo Administrativo - Protocolo nº 000-07338/2018.

Sustenta que há prescrição da referida cobrança pelo decurso de lapso superior a 15 (quinze) anos; que os magistrados associados foram meros beneficiários dos valores, não tendo participado da Ação originária e que, portanto, a eles não pode ser estendidos os efeitos da coisa julgada, dado que não figuraram como parte da relação processual; alegam a impossibilidade de devolução de verba alimentar recebida de boa-fé.

Aduz que, a época do ajuizamento da ação originária 1.444 no STF, não mais fazia parte do quadro do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, nem era associada da AMATRA-XIII, portanto, não alcançada pela decisão judicial prolatada neste processo judicial.

Afirma, ainda e por fim, sua boa-fé e o caráter alimentar da verba. Subsidiariamente, pede a compensação com amparo na Resolução CSJT nº 254/2019.

Instado a se manifestar, o TRT13 informou que vem adotando todas as providências no sentido de dar efetivo cumprimento à decisão definitiva proferida pelo STF nos autos da Ação Originária nº 1444/PB, a qual determinou a restituição das quantias pagas indevidamente aos magistrados em virtude de correção monetária sobre o abono variável previsto nas Leis nºs 9.655/98 e 10.474/2002.

A Assessoria Jurídica do CSJT emitiu parecer, concluindo que não foi demonstrada pela recorrente razão para a revisão da decisão da Presidência do TRT da 13ª Região, a qual determinou a restituição ao erário dos valores percebidos em decorrência da RA n.º 114/2004.

Éo relatório.

**V O T O**

**1. CONHECIMENTO**

Os autos vieram a este Conselho em razão da ausência de quórum para julgamento no tribunal de origem (TRT13), encontrando-se pendente de decisão recurso administrativo interposto pela magistrada **LUIZA EUGENIA PEREIRA ARRAES** contra ato da Presidência do TRT da 13ª Região.

O Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (RICSJT) prevê a competência do Plenário do CSJT para o julgamento desse tipo de matéria, nos termos do art. 6º, XIX:

Art. 6º Ao Plenário, que é integrado por todos os Conselheiros, compete:

[...]

XIX- apreciar processo administrativo não disciplinar de interesse de magistrados trabalhistas de primeiro e segundo graus que não tenha sido julgado no Tribunal Regional do Trabalho originariamente competente por ausência de quórum por suspeição ou impedimento de seus membros. Verifica-se, portanto, que há previsão regimental para a apreciação do recurso administrativo encaminhado pelo TRT da 13ª Região. Assim, decide-se conhecer do presente Pedido de Providências.

## 2. MÉRITO

Insurge-se a requerente pelo ato do requerido (TRT13) que adotou medidas tendentes a reaver os valores indevidamente pagos, o que, segundo alega, revelaria ausência de isonomia com feitos idênticos julgados por este Conselho, que dispensaram os requerentes da devolução do débito, com base no princípio da boa-fé objetiva.

Alega a requerente que, no presente caso, existe situação de fato que diferencia o feito em relação aos demais magistrados, na medida em que ela foi Juíza Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, todavia, por ocasião do ajuizamento da ação Originária, não mais integrava os quadros do TRT13, e sim o TRT21, onde permanece até a presente data.

Esclarece que não foi parte diretamente da Ação Originária 1444/STF, ou por meio de representação da AMATRA XIII, notadamente porque, logo após a distribuição do feito, foi removida para o TRT21, de forma que, no seu entendimento, não pode ser alcançada pelos efeitos da decisão proferida pelo STF na citada ação.

Afirma que recebeu os valores de boa-fé e que houve erro na interpretação da Lei, hipótese em que seria inexigível a devolução dos valores, conforme entendimento pacífico dos tribunais, especialmente STF, STJ e TCU, mormente pelo fato de não ter dado causa a nulidade do ato administrativo.

Invoca o princípio da igualdade constitucional, não se podendo admitir a aplicação de regra diversa no presente caso, sob pena de admissão de tratamento discriminatório dentro da categoria dos servidores públicos.

Passa-se à análise.

Os argumentos da requerente não prosperam, na medida em que os casos não são idênticos, como se passa a demonstrar.

Este Conselho apreciou recentemente os processos nºs CSJT-PP-10454-83.2020.5.90.0000 e CSJT-PCA-302-72.2021.5.90.0000 que, tal como este feito, versavam sobre devolução de valores recebidos a título de correção monetária de abono variável, ocasião em que o pleito inicial foi julgado procedente para eximir os requerentes da devolução do débito, com base na boa-fé objetiva.

Na sessão do CSJT do dia 22/10/2021, foi apreciada ainda uma terceira ação similar, referente à incidência da correção monetária sobre o abono variável previsto na Lei nº 10.474/2002, tombada sob o nº CSJT-PCA-501-94.2021.5.90.0000, que entendeu pelo recebimento dos valores de boa-fé, dispensando os autores da respectiva devolução.

Essa última ação (CSJT-PCA-501-94.2021.5.90.0000) teve origem a partir do processo AO nº 1.163/DF, STF, de Relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que deu ensejo a cobrança dos respectivos valores, sendo importante analisar o seguinte trecho da decisão do Pretório Excelso:

3) Devolução dos valores recebidos de boa-fé pelos magistrados. O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região defende a desnecessidade de devolução dos valores recebidos pelos magistrados tendo em vista a boa-fé, a presunção de legalidade dos atos administrativos e a existência de dúvida razoável acerca da interpretação da Lei 10.474/2002, bem como da Resolução 245/STF. Conforme consignado anteriormente, a capacidade processual (judiciária) conferida aos entes despersonalizados é reconhecida tão somente para agir em defesa de suas prerrogativas e na proteção de sua autonomia e de seus direitos, e não para a salvaguarda de terceiros, os quais poderão alegar suas defesas na via processual própria. Ademais, é importante ressaltar que a decisão agravada não determinou a imediata devolução dos valores, mas, tão somente, que o TRT da 10ª Região adote as providências cabíveis (por meio de processo administrativo) para restituição das quantias pagas indevidamente, assim como a AMATRA X, no tocante a seus associados beneficiados, quanto aos valores por eles percebidos a esse título. [grifou-se]

Já o presente Pedido de Providências teve origem a partir de decisão do STF na AO nº 1.444/PB, cuja relatoria ficou ao encargo do Ministro Roberto Barroso, sendo oportuna a transcrição do seguinte trecho transitado em julgado:

6. No mais, afastado, desde já, a alegação de boa-fé dos agravantes, com vistas a afastar a repetição dos valores indevidamente recebidos por ato administrativo do TRT/13ª Região. Tal afirmação se revela incompatível diante da expressa e clara previsão do art. 2º, § 3º, da Lei nº 10.474/2002, que não inclui a correção monetária (...). [grifou-se]

Constata-se que, apesar de os feitos guardarem identidade de objeto, são distintos quanto à formação da coisa julgada objetiva, porquanto na AO nº 1.163/DF possibilitou-se a discussão, no âmbito administrativo, acerca da boa-fé dos requerentes do processo CSJT-PCA-501-94.2021.5.90.0000, ao passo que, na AO nº 1.444/PB que deu origem ao processo em análise, houve manifestação expressa afastando a boa-fé como argumento para evitar a repetição do indébito.

No que se refere à alegada ilegitimidade de parte, a questão foi enfrentada na decisão pelo Ministro Luís Roberto Barroso, que indeferiu o pedido de juízes para ingresso no feito, por entender que todos os magistrados beneficiados pela decisão que concedeu o pagamento da verba em discussão estavam representados pela AMATRA 13.

Nesse caminhar, a decisão proferida pelo STF foi no sentido de que seus interesses foram defendidos pelo órgão de classe.

Verifica-se, dessa forma, que a decisão de restituição dos valores indevidamente pagos foi proferida em desfavor dos beneficiários da decisão e não do TRT13, responsável unicamente pelas providências administrativas para reaver as quantias equivocadamente pagas, na medida em que o Supremo Tribunal Federal estabeleceu as balizas quanto à legitimidade dos magistrados para devolução dos valores e ausência de boa-fé.

A pretensão da requerente, acaso acolhida por este Conselho, equivaleria ao exercício de indevida ingerência de órgão administrativo em assunto já decidido pelo Poder Judiciário, no caso pelo STF, o que não se admite, por afronta ao Estado Democrático de Direito.

A matéria foi analisada pelo Supremo, com acórdão transitado em julgado, que gerou efeitos erga omnes a todos os beneficiários da RA 114/2004 TRT13, independente de, ao tempo da prolação da decisão do STF, não mais estarem vinculados ao TRT13.

Importante ressaltar ainda que o caráter alimentar da verba já era de conhecimento do STF quando da prolação da decisão, de forma que não se mostra viável, na via administrativa, quando se está estritamente cumprindo comando judicial, rediscutir esse tema, valendo ressaltar que a decisão da Suprema Corte transitou em julgado em 29/05/2019, não sendo alcançada pela prescrição quinquenal de que trata o Decreto nº 20.910, de 6/1/1932.

Quanto ao pedido de compensação de valores, conforme informações da área de pagamento e finanças do TRT13 (seq.6), inexistiu crédito líquido e certo da magistrada, com valores disponíveis para efetivo pagamento, a permitir o exame de licitude de aplicação da compensação.

No que se refere ao pedido subsidiário de parcelamento, o Tribunal de origem já determinou a observância do art. 46 da lei 8112/90, que trata acerca do parcelamento, inexistindo interesse de agir no particular.

Conclui-se, assim, que a questão foi devidamente enfrentada pelo Estado-Juiz, no caso o STF, razão pela qual o presente PP deve ser rejeitado.

Dessarte, decide-se conhecer do presente Pedido de Providências e, no mérito, rejeitá-lo.

ISTO POSTO

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, conhecer do Pedido de Providências e, no mérito, rejeitá-lo.

Brasília, 25 de novembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA**  
**Conselheira Relatora**

**Processo Nº CSJT-Cons-0004351-54.2021.5.90.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Cons. Delaíde Alves Miranda Arantes
Consulente	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIAO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIAO

**A C Ó R D ã O**

**(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**CSDMA/ /**

CONSULTA. AUSÊNCIA DE DECISÃO DO TRIBUNAL CONSULENTE SOBRE A MATÉRIA. NÃO CONFIGURADAS A RELEVÂNCIA E URGÊNCIA DA MEDIDA. ART. 84, § 1º, DO RICSJT. NÃO CONHECIMENTO. Considerando que a Consulta não se fez acompanhar de decisão do Tribunal consulente sobre a matéria e que a medida não reúne os requisitos concomitantes de relevância e urgência previstos no art. 84, § 1º, do Regimento Interno do CSJT, tem-se que não deve superar o conhecimento

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Consulta nº **CSJT-Cons-4351-54.2021.5.90.0000**, em que é Consulente **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**.

Trata-se de Consulta formulada pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, a respeito dos critérios para elaboração do cálculo do valor da pensão civil de dependentes de magistrados e servidores, nos casos em que o instituidor falece em atividade, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, considerando o previsto nos itens 26, 27 e 46, j, da Nota Informativa SEI nº 33.521/2020/ME do Ministério da Economia.

A Secretaria de Gestão de Pessoas do CSJT se manifestou por meio da Informação CSJT.SEGPES nº 9/2022. Opinou pela possibilidade de aplicação da Nota Informativa SEI nº 33.521/2020/ME, por estar em conformidade com o contido na Emenda Constitucional nº 103/2019 e com as decisões do STF e TCU sobre a matéria. Informou que a questão proposta pela Nota Informativa apenas respeita o direito já integrado ao patrimônio jurídico do falecido em momento anterior à vigência da citada Emenda Constitucional nº 103/2019 e que, uma vez definida a base de cálculo, sobre ela incidirão as cotas, percentuais, regras de temporalidade e demais previsões da referida emenda.

A Assessoria Jurídica do CSJT se manifestou por meio da Informação CJST.ASSJUR nº 61/2022, no sentido do não conhecimento da Consulta, pelo não preenchimento da condição estabelecida no art. 84, caput, do RICSJT, qual seja, ausência de decisão do Tribunal consulente sobre a matéria. Caso superada a questão preliminar, no mérito, opinou pela concordância com a interpretação dada pela SGPES)

É o relatório.

**V O T O**

**CONHECIMENTO**

Conforme ressaltado na Informação CSJTASSJUR nº 61/2022, o Tribunal consulente não emitiu decisão acerca da matéria, o que importa em não atendimento do requisito previsto no art. 84, caput, do Regimento Interno deste Conselho, a seguir transcrito:

Art. 84. Não será admitida a consulta na ausência de decisão do Tribunal consulente sobre a matéria.

O requisito acerca da decisão prévia pelo Tribunal consulente poderia ser superado, acaso configuradas a relevância e urgência da medida, como disposto no § 1º, do art. 84 do RICSJT:

§1.º Configuradas a relevância e a urgência da medida, o Plenário poderá conhecer da consulta, ainda que não satisfeito o pressuposto de admissibilidade de que trata o caput. [grifou-se]

Indiscutivelmente a matéria é relevante, pois o tema é de interesse de todos os Tribunais Regionais, por envolver discussão relativamente nova e complexa, relativa aos critérios para elaboração do cálculo do valor da pensão civil de dependentes de magistrados e servidores, nos casos em que o instituidor falece em atividade, após a promulgação da Emenda Constitucional nº 103.

No entanto, não se verifica a presença da urgência que justifique a deliberação por este Conselho sem a prévia discussão e prolação de decisão pelo Tribunal Consulente.

Verifica-se, portanto, que a consulta em discussão não deve ser conhecida, na medida em que o Tribunal Consulente não emitiu decisão acerca da matéria, como disciplinado no art. 84 do RICSJT.

Assim, decide-se não conhecer da presente Consulta.

**ISTO POSTO**

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por maioria, não conhecer da Consulta. Vencidos os Exmos. Conselheiros Emmanoel Pereira, Delaíde Alves Miranda Arantes e José Ernesto Manzi.

Brasília, 25 de novembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA**  
**Conselheira Redatora**

**Processo Nº CSJT-MON-0007103-72.2019.5.90.0000**

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Desemb. Cons. Maria Cesarineide de Souza Lima
Interessado(a)	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIAO

**Intimado(s)/Citado(s):**

- TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIAO

**ACÓRDÃO****(Conselho Superior da Justiça do Trabalho)****CSMCL/ /****PROCEDIMENTO DE MONITORAMENTO DO CUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO PROFERIDO NOS AUTOS DO PROCESSO CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000, QUE TEVE POR OBJETO A OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DO FÓRUM TRABALHISTA DE SÃO JOSÉ (SC).**

1. Trata-se de Procedimento de Monitoramento do cumprimento do Acórdão proferido nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000, em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria do CSJT, aprovado pelo Ato CSJT.GP.SECAUDI Nº 101/2021, que teve por objeto a obra de Construção da sede do fórum Trabalhista de São José (SC).

2. Assim, tendo em vista o trabalho técnico produzido, decide-se pela homologação integral do Relatório de Monitoramento elaborado pela Secretaria de Auditoria do CSJT: a) considerar cumprida, pelo TRT da 12ª Região, as determinações 4.1.1.1, 4.1.1.2, 4.1.1.3, 4.2.1.1, 4.2.1.2, 4.2.1.3, 4.3.1.2, 4.3.1.3, 4.4.1.1, 4.4.1.2, 4.4.1.3 constantes do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000; 4.2 considerar em cumprimento a Determinação 4.3.1.1 constante do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000; 4.3 determinar ao TRT da 12ª Região que: 4.3.1 acompanhe, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, a conclusão do processo de aplicação da desoneração dos encargos sociais trabalhistas em relação à obra de construção da sede do Fórum Trabalhista de São José; 4.3.2 encaminhe à SECAUDI/CSJT, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, em até 90 dias a contar da ciência desta deliberação, relatório conclusivo acerca do cumprimento da determinação 4.3.1; 4.4 oficiar ao TRT da 12ª Região, a fim de cientificá-lo da decisão; 4.5. arquivar o presente processo.

3. Procedimento de Monitoramento conhecido e, no mérito, homologado.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Monitoramento de Auditorias e Obras nº **TST-CSJT-MON-7103-72.2019.5.90.0000**, em que é Interessado **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**.

Cuida-se de Procedimento de Monitoramento do cumprimento do Acórdão proferido nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000, em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria do CSJT, aprovado pelo Ato CSJT.GP.SECAUDI Nº 101/2021.

O Processo tratou da auditoria realizada no TRT da 12ª Região, cuja inspeção in loco transcorreu no período de 8 a 12 de junho de 2015 e teve por objeto a obra de construção da sede do Fórum Trabalhista de São José (SC).

O TRT da 12ª Região encaminhou os documentos e informações solicitadas pela SECAUDI/CSJT para se verificar a demonstração da adoção das providências determinadas pelo Plenário do CSJT.

De posse desses dados, aliadas as informações disponibilizadas no portal eletrônico do TRT12, A SECAUDI/CSJT elaborou o relatório de monitoramento, sendo que os recursos fiscalizados alcançaram o montante de 11.485.060,91 (onze milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, sessenta reais e noventa e um centavos), que corresponde ao valor do Contrato - CP 8207/2013 acrescido dos termos aditivos.

No CSJT, o feito foi distribuído a esta Conselheira.

Éo relatório.

**VOTO****I - CONHECIMENTO**

De acordo com o artigo 111-A, § 2º, II, da Constituição Federal, compete ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

O Regimento Interno do CSJT, no art. 6º, IX, disciplina que compete ao Plenário deste Conselho apreciar os relatórios de auditoria nos sistemas contábil, financeiro, patrimonial, de execução orçamentária, de pessoal e demais sistemas administrativos dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, determinando o cumprimento das medidas necessárias para a regularização de eventuais irregularidades.

Os artigos 89 e 90 também do Regimento Interno do CSJT, estabelecem, respectivamente:

Art. 89. Os projetos de obras a serem executados no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus serão avaliados e aprovados pelo Plenário do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, na forma de ato normativo que discipline a matéria.

Art. 90. O cumprimento das deliberações do Conselho Superior da Justiça do Trabalho decorrentes de auditoria, avaliação de obras e outras ações de supervisão e controle será objeto de verificação pela unidade de controle e auditoria por meio de procedimento denominado monitoramento.

Assim, decide-se conhecer do presente Procedimento de Monitoramento - MON, nos termos dos artigos 6º, IX, 21, I, h, e 90 do Regimento Interno do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

**II - MÉRITO**

O presente Procedimento teve origem a partir da determinação contida no acórdão do Plenário deste Conselho, no processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000, que aprovou a obra de construção da sede do Fórum Trabalhista de São José (SC).

Em razão das constatações da auditoria, em 19/02/2016, o Plenário do CSJT determinou a adoção das recomendações contidas no Relatório Final de Auditoria, que consistem em:

Relatório Final de Auditoria

4.1 Quanto à falha no atendimento do art. 20 da Resolução CSJT n.º 70/2010 (Achado 2.1): 4.1.1 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que:

4.1.1.1 Atenda ao disposto no art. 20 da Resolução CSJT n.º 70/2010, combinado com o teor da Recomendação CNJ n.º 29/2009, por ocasião da elaboração dos editais de contratação de obras e serviços de engenharia;

4.1.1.2 Garanta, por meio de efetiva fiscalização dos contratos firmados para execução de obras e serviços de engenharia, o cumprimento dos percentuais mínimos fixados nos editais para absorção de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas e penas alternativas;

4.1.1.3 Em relação à obra de construção do edifício-sede do Fórum Trabalhista de São José, caso seu estágio e as condições operacionais da Contratada ainda permitam, adote medidas para o pleno cumprimento do item 12.5 do edital de licitação, que fixou o percentual mínimo de 2% da mão de obra para absorção de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas e penas alternativas.

4.2 Acerca da inobservância do Acórdão CSJT-A7483-08.2013.5.90.0000 e falhas na etapa de execução da obra (Achado 2.2):

4.2.1 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que:

4.2.1.1 Apure, no prazo de 90 dias, mediante regular processo administrativo, no qual deve ser garantido à empresa OROS Engenharia Ltda. o exercício do contraditório e da ampla defesa, os valores faturados a título de Administração Local de forma desproporcional à execução física da obra;

4.2.1.2 Concluído o processo administrativo e definido o valor pago a maior, deduza, dos valores pendentes de pagamento, o montante a ser ressarcido ao erário, atualizado monetariamente;

4.2.1.3 Faça constar, dos editais de licitação de contratações futuras, critérios objetivos de medição para o item administração local, a fim de garantir que este seja pago de forma proporcional à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo.

4.3 Em relação à inobservância da aplicação da desoneração dos encargos sociais trabalhistas, discrepância no regime de pagamento dos profissionais da administração local da obra e incidência incorreta do ISSQN (Achado 2.3):

4.3.1 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que:

4.3.1.1 Finalize, em 90 dias, o processo de aplicação da desoneração dos encargos sociais trabalhistas promovida pelas Leis Federais n.os

12.546/2011 e 12.844/2013, no qual deve ser garantido à empresa OROS Engenharia Ltda. o exercício do contraditório e da ampla defesa, e proceda ao ajuste no contrato com vistas à regularização desse tema;

4.3.1.2 Certifique-se, no prazo de 90 dias, perante a Prefeitura Municipal de São José, quanto à correta aplicação do disposto no art. 260, §4º, da Lei Complementar Municipal n.º 21/2005, e proceda, caso constatado o recolhimento irregular até a presente data, ao ajuste no contrato com vistas a ressarcir o erário pelos valores repassados à Contratada indevidamente;

4.3.1.3 Aprimore os procedimentos de fiscalização quanto às horas trabalhadas pelos profissionais da administração local da obra apropriados em regime de horista, a fim de evitar pagamentos por horas não trabalhadas;

4.3.2 Recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que, para obras futuras, passe a orçar e medir os profissionais da administração local em regime mensal, conforme orientações do Tribunal de Contas da União. 4.4 Quanto a Deficiências na gestão/fiscalização do contrato/obra (Achado 2.4): 4.4.1 Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que:

4.4.1.1 Aprimore os mecanismos e procedimentos de fiscalização dos contratos de execução de obras, em especial quanto à compatibilização da quantidade de fiscais com o volume e complexidade das obras em execução;

4.4.1.2 Proceda à designação nominal dos servidores responsáveis pela fiscalização da obra de construção do Fórum Trabalhista de São José e seus respectivos substitutos;

4.4.1.3 Aprimore a fiscalização da obra de construção do Fórum Trabalhista de São José em relação ao cumprimento das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho, a fim de exigir da Contratada a imediata regularização das situações de inconformidades identificadas, imputando-lhe as sanções contratuais cabíveis.

4.4.2 Recomendar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região que, em relação à execução de futuros empreendimentos:

4.4.2.1 Desenvolva seu próprio caderno de encargos, a fim de padronizar seus projetos, dando celeridade ao processo de planejamento de novos empreendimentos e alinhando as ações impendidas à equipe de fiscalização;

4.4.2.2 Promova a elaboração e o acompanhamento do diário de obras em meio físico, com destaque para as devidas assinaturas, independentemente da adoção de meios eletrônicos para subsidiar a elaboração desse documento.

As Recomendações constantes nos itens 4.3.2, 4.4.2.1 e 4.4.2.2 não foram objeto de análise pela SECAUDI, por configurarem tão somente como diretrizes a serem seguidas, com amparo em avaliação de oportunidade e conveniência.

A SECAUDI/CSJT produziu, em seu relatório, um minucioso trabalho, digno de elogios, analisando cada uma das determinações, como se passa a demonstrar.

Consta nas determinações constantes nos itens 4.1.1.1, 4.1.1.2 e 4.1.1.3 providências relacionadas a fomentação de contratação de egressos do sistema carcerário no âmbito da elaboração de obras e serviços de engenharia do TRT12.

Esses comandos, consoante se observa do caderno de evidências, foram devidamente cumpridos pelo TRT12, valendo destacar que, com essas determinações, objetivou o CSJT promover a geração de oportunidades aos egressos do sistema carcerário, como forma de ressocialização dos apenados junto à sociedade.

Em relação as determinações constantes nos itens 4.2, 4.2.1, 4.2.1.1, 4.2.1.2 e 4.2.1.3, , que versam sobre a administração local, a SECAUDI após detalhada análise dos documentos apresentados pelo TRT12, concluiu pelo cumprimento das recomendações, realizando medição proporcional à execução financeira da obra, abstendo-se de realizar pagamento de valor fixo mensal.

Sobre as recomendações constantes nos itens 4.3, 4.3.1, 4.3.1.2 e 4.3.1.3, que versam sobre a desoneração dos encargos sociais trabalhistas, regime de pagamento da administração local e incidência do ISSQN, as falhas anteriormente detectadas na auditoria, que gerou os comandos constantes no acórdão foram sanadas, de acordo com o relatório Técnico, possibilitando o aprimoramento nos processos de fiscalização e acompanhamento da execução de obras e serviços de engenharia no âmbito do trt12.

Destaque-se que o cumprimento da Determinação 4.3.1.1 ainda está em andamento, pois a unidade técnica do TRT da 12ª está finalizando os cálculos da desoneração da obra de construção do Fórum de São José.

Quanto às deficiências na gestão/fiscalização, as quais foram encontradas durante a auditoria, constantes nas Recomendações 4.4, 4.4.1, 4.4.1.1, 4.4.1.2, 4.4.1.3, o TRT12 respondeu os questionamentos, apresentando documentos que demonstram o cumprimento dos comandos, os quais igualmente importaram em aprimoramento nos mecanismos e procedimentos de fiscalização dos contratos de execução de obras.

Ao final do Relatório de Monitoramento, a SECAUDI concluiu que, das doze determinações objeto deste monitoramento, o TRT12 cumpriu 11 e uma está em cumprimento. Assim, apresentou a seguinte proposta e encaminhamento:

#### 4 - PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do exposto, propõe-se ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho:

4.1 considerar cumpridas, pelo TRT da 12ª Região, as Determinações 4.1.1.1, 4.1.1.2, 4.1.1.3, 4.2.1.1, 4.2.1.2, 4.2.1.3, 4.3.1.2, 4.3.1.3, 4.4.1.1, 4.4.1.2, 4.4.1.3 constantes do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000;

4.2 considerar em cumprimento a Determinação 4.3.1.1 constante do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A25604-16.2015.5.90.0000;

4.3 determinar ao TRT da 12ª Região que:

4.3.1 acompanhe, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, a conclusão do processo de aplicação da desoneração dos encargos sociais trabalhistas em relação à obra de construção da sede do Fórum Trabalhista de São José;

4.3.2 encaminhe à SECAUDI/CSJT, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, em até 90 dias a contar da ciência desta deliberação, relatório conclusivo acerca do cumprimento da determinação 4.3.1;

4.4 oficiar ao TRT da 12ª Região, a fim de cientificá-lo da decisão;

4.5. arquivar o presente processo.

Assim, tendo em vista o trabalho técnico produzido, propõe-se a homologação integral do Relatório de Monitoramento elaborado pela Secretaria de Auditoria do CSJT: a) considerar cumprida, pelo TRT da 12ª Região, as determinações 4.1.1.1, 4.1.1.2, 4.1.1.3, 4.2.1.1, 4.2.1.2, 4.2.1.3, 4.3.1.2, 4.3.1.3, 4.4.1.1, 4.4.1.2, 4.4.1.3 constantes do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000; 4.2 considerar em cumprimento a Determinação 4.3.1.1 constante do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A25604-16.2015.5.90.0000; 4.3 determinar ao TRT da 12ª Região que: 4.3.1 acompanhe, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, a conclusão do processo de aplicação da desoneração dos encargos sociais trabalhistas em relação à obra de construção da sede do Fórum Trabalhista de São José; 4.3.2 encaminhe à SECAUDI/CSJT, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, em até 90 dias a contar da ciência desta deliberação, relatório conclusivo acerca do cumprimento da determinação 4.3.1; 4.4 oficiar ao TRT da 12ª Região, a fim de cientificá-lo da decisão; 4.5. arquivar o presente processo.

ISTO POSTO

**ACORDAM** os Membros do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por unanimidade, conhecer do Procedimento de Monitoramento do cumprimento do Acórdão proferido nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000 e, no mérito, homologar o Relatório de Monitoramento elaborado pela Secretaria de Auditoria do CSJT: a) considerar cumprida, pelo TRT da 12ª Região, as determinações 4.1.1.1, 4.1.1.2, 4.1.1.3, 4.2.1.1, 4.2.1.2, 4.2.1.3, 4.3.1.2, 4.3.1.3, 4.4.1.1, 4.4.1.2, 4.4.1.3 constantes do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A-25604-16.2015.5.90.0000; 4.2 considerar em cumprimento a Determinação 4.3.1.1 constante do Acórdão nos autos do Processo CSJT-A25604-16.2015.5.90.0000; 4.3 determinar ao TRT da 12ª Região que: 4.3.1 acompanhe, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, a conclusão do processo de aplicação da desoneração dos encargos sociais trabalhistas em relação à obra de construção da sede do Fórum Trabalhista de São José; 4.3.2 encaminhe à SECAUDI/CSJT, por meio de sua Unidade de Auditoria Interna, em até 90 dias a contar da ciência desta deliberação, relatório conclusivo acerca do cumprimento da determinação 4.3.1; 4.4 oficiar ao TRT da 12ª Região, a fim de cientificá-lo da decisão; 4.5. arquivar



o presente processo.  
Brasília, 25 de novembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)  
**Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA**  
**Conselheira Relatora**

## ÍNDICE

Secretaria Jurídica, Processual e de Apoio às Sessões	1	
Acórdão	1	
Acórdão	1	